

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.981 - SP (2020/0265186-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : NOVOA PRADO ADVOGADOS
OUTRO NOME : NOVOA PRADO CONSULTORIA JURIDICA
ADVOGADOS : THAIS MAYUMI KURITA - SP193091
JEAN RENE ANDRIA - SP235011
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : NATHALY CAMPITELLI ROQUE - SP162679
S
ICARO SORREGOTTI NEGRI - SP415583

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por NOVOA PRADO ADVOGADOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO Mandado de Segurança ISS Impetração contra ato de indeferimento administrativo de pedido de enquadramento no regime tributário especial de Sociedade Uniprofissional Pretensão à reforma de sentença que denegou a segurança sob os fundamentos de decadência e inadequação da via eleita, diante da necessidade de dilação probatória Desacolhimento Transcurso de mais de 120 dias entre a notificação do ato impugnando e a impetração do writ Art. 23, da Lei nº 12.016/2009 Sentença mantida RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 1º da Lei 12.016/09, no que concerne à inoccorrência da decadência, trazendo o seguinte argumento:

O pedido cumulado está relacionado à OUTRO ATO COATOR, qual seja, o ajuizamento das execuções fiscais enquanto tramita recurso administrativo. E acerca deste OUTRO ATO COATOR, não se operou decadência alguma.

A Recorrente insistiu que o E. Tribunal se manifestasse especificamente sobre a suspensão das execuções fiscais com os recursos administrativos pendentes de tramitação, porém não obteve êxito já que o v. acórdão integrativo abordou genericamente a impossibilidade de revisão da sua decisão já tomada no primeiro acórdão (fls. 267).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o artigo apontado como violado não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial quando há incompatibilidade entre a tese sustentada e o comando normativo contido no dispositivo legal apontado como descumprido. Incidência da Súmula nº 284 do STF". (AgInt no REsp n. 1.846.655/PR, Terceira Turma, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 23/4/2020.)

Confiram-se também os seguintes julgados: REsp n. 1.798.903/RJ, relator para o acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, DJe de 30/10/2019; AgInt no REsp n. 1.844.441/RN, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.524.220/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgRg no AREsp n. 1.280.513/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 27/5/2019; AgRg no REsp n. 1.754.394/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 17/9/2018; AgInt no REsp n. 1.503.675/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 27/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente